



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,18% São Paulo	138.888 136.786 28/529/530/502/6	R\$ 5,675 (- 0,77%) 27/maio5,64528/maio5,69529/maio5,66730/maio5,719	R\$ 1.518	R\$ 6,495	14,65%	14,69%	Dezembro/20240,52Janeiro/20250,16Fevereiro/20251,31Março/20250,56Abril/20250,43

MULTILATERALISMO

Parlamentares dos 11 países-membros do bloco presidido, neste ano, pelo Brasil, debatem temas como financiamento climático e preparativos da reunião de cúpula que ocorrerá, em julho, no Rio

Congresso sedia Fórum do Brics

» FERNANDA STRICKLAND

A partir de hoje até quinta-feira (5), Brasília será palco do 11º Fórum Parlamentar do Brics, e marca uma nova fase da atuação do bloco no cenário global. Com a presença de legisladores dos 11 países-membros, o encontro ocorre sob a presidência rotativa do Brasil e carrega a promessa de redefinir as diretrizes de uma governança global em transformação. O objetivo é que o Fórum produza um documento com recomendações e propostas que serão consideradas na reunião de cúpula do Brics, em junho, no Rio de Janeiro, delineando os próximos passos do bloco. Entre os temas do evento, destacam-se inteligência artificial, clima e inclusão feminina, além de geopolítica, comércio e sustentabilidade, saúde e segurança internacional. O financiamento climático e o papel do banco do Brics no apoio a projetos destinados a mitigar os efeitos da crise do clima nos países subdesenvolvidos também estão entre os temas do encontro. Segundo a Agência Senado, 15 países confirmaram presença no evento, que deve reunir cerca de 150 parlamentares. A expectativa é de que a reunião também marque um avanço significativo na consolidação da cooperação entre os países-membros. Paralelamente, vários encontros ministeriais ocorrem há dias, visando aos preparativos para a cúpula. Ontem, por exemplo, os ministros das Comunicações do Brics emitiram uma declaração conjunta em temas estratégicos na área. (ver matéria ao lado)

O economista, sociólogo e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Bergo, acredita que o evento vai além de um simples encontro diplomático: “É um fórum importante porque os Brics têm buscado aumentar sua influência no cenário internacional. A agenda deve tratar de temas cruciais, como clima, tecnologia, saúde e os impasses comerciais, especialmente diante das tarifas impostas pelos Estados Unidos”, analisa. De acordo com Bergo, a conjuntura atual torna ainda mais

essencial a cooperação entre as nações emergentes. “Esse fórum fortalece o posicionamento do bloco na busca por equilíbrio internacional e por decisões conjuntas em temas econômicos. A formação de fundos para investimentos sustentáveis e a discussão sobre a paz global, sobretudo entre membros envolvidos em conflitos, estarão no centro das atenções.”

Ampliação

O evento marca a expansão do grupo, iniciada em 2023, quando o Brics — anteriormente composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — incorporou seis novos membros: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã.

Essa ampliação conferiu ao grupo maior representatividade geográfica, econômica e política, reforçando seu papel como contraponto às potências ocidentais. “O Fórum Parlamentar representa uma inflexão relevante na nova ordem geopolítica mundial”, afirma Otto Nogami, economista e professor do Insper. “Com uma pauta ambiciosa, o Brasil lidera discussões sobre seis eixos estratégicos: saúde global, comércio e finanças, clima, inteligência artificial, segurança multilateral e fortalecimento institucional.” Para ele, o Brics consolida-se como alternativa a instituições multilaterais cujos modelos têm sido questionados.

Diante das tensões no comércio global provocadas pelos EUA, especialistas apontam que o momento é propício para o Brasil fortalecer as relações com outros parceiros em um ano em que o país será sede da 30ª Conferência sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP 30, em Belém, marcada para novembro. “A partir desse Fórum, forma-se um grupo coeso de pensamento que busca um novo equilíbrio global. O Brasil, com a COP 30 no horizonte, tem papel estratégico nas discussões sobre economia sustentável e desenvolvimento tecnológico”, reforça César Bergo. “O Brics testará sua capacidade de se tornar uma plataforma política estável”, afirma Nogami.

Carlos Moura/Agência Senado



Encontro de parlamentares do Brics, que começa hoje e vai até quinta-feira, deve reunir 150 parlamentares

Declaração pela conectividade

» ALICIA BERNARDES*

A reunião ministerial do Brics sobre tecnologia da informação e comunicação, realizada, ontem, em Brasília, resultou em uma declaração ministerial consolidando um consenso inédito em quatro áreas estratégicas: conectividade significativa, sustentabilidade espacial e ambiental, além da governança do ecossistema digital.

“Foi um avanço real, com entregas robustas que não víamos nos últimos anos”, avaliou Hermano Tercius Barros, secretário nacional de Telecomunicações do Ministério das Comunicações brasileiro.

Segundo ele, um dos principais destaques foi a consolidação do conceito de conectividade significativa, tema que o Brasil já vinha liderando desde a presidência do G20 – grupo das 19 maiores economias desenvolvidas e emergentes do planeta mais a União Europeia. “Há uma diferença entre ter internet e ter acesso com qualidade, segurança, dispositivos adequados e habilidades digitais”, explicou Barros.

O bloco de países emergentes integrado por Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul foi ampliado, em 2023, com a inclusão de Egito, Etiópia, Indonésia, Irã e Emirados Árabes.

A sustentabilidade espacial foi considerada o maior ganho da presidência brasileira do encontro de cúpula do Brics, que será realizado, no Rio de Janeiro, em julho. Diante do aumento exponencial no lançamento de satélites não geostacionários, os Brics concordaram em defender, na União Internacional de Telecomunicações (UIT), regras mais claras para esse tipo de ocupação. “O espaço é um bem comum. Não pode ser dominado por quem chega primeiro”, afirmou Daniel Cavalcanti, chairman do grupo técnico do Brics.

*Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel

COMBUSTÍVEIS

Petrobras reduz preço da gasolina

A partir de hoje, a gasolina A ficará 5,6% mais barata nas distribuidoras, mas isso não implica em queda imediata do preço nas bombas. Ontem, a Petrobras anunciou redução de R\$0,17 no litro do combustível, que passará a ser, em média, R\$ 2,85/l para quem compra diretamente da estatal.

A gasolina estava há 328 dias sem reajuste pela Petrobras. E, no fechamento do último dia 30, o preço médio do combustível nas refinarias estava 3% acima do praticado no mercado internacional, de acordo com a Associação Brasileira dos Importadores

de Combustíveis (Abicom).

A gasolina A é a versão mais pura, entregue às distribuidoras. E a gasolina C, a mais vendida nos postos, é resultado da mistura com o álcool. Considerando a mistura obrigatória de 27% de etanol anidro e 73% de gasolina A para composição da gasolina C vendida nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor passará a ser de R\$ 2,08 o litro — o equivalente a uma redução de R\$ 0,12/litro do produto, segundo a companhia.

Com o reajuste, a Petrobras reduziu, desde dezembro de 2022,

os preços da gasolina para as distribuidoras em R\$ 0,22 o litro, uma queda de 7,3%. Considerando a inflação do período, esta redução é de R\$ 0,60 cada litro, ou 17,5%.

Conforme levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o etanol mostrou-se mais competitivo do que a gasolina em seis estados brasileiros, na última semana: Acre (69,56%); Mato Grosso (63,25%); Mato Grosso do Sul (65,29%); Minas Gerais (69,67%); Paraná (68,09%) e São Paulo (66,29%).

PEDRO SANTANA / CB



O combustível fica, a partir de hoje, 5,6% mais barato na refinaria

RISCO

Moody's rebaixa a perspectiva de 21 bancos

» VICTOR CORREIA

Após a Moody's rebaixar a perspectiva de investimento do Brasil de “positiva” para “estável”, a agência norte-americana de classificação de risco, ontem, também fez o mesmo com a perspectiva de 21 instituições financeiras do Brasil, nas avaliações de depósitos de longo prazo, ratings de dívida sênior sem garantia de longo prazo e de emissor, quando aplicável.

Todos os ratings e avaliações, incluindo suas entidades associadas, foram reafirmados. Na sexta-feira, Moody's rebaixou a perspectiva de risco do Brasil, mas manteve o rating do governo brasileiro em Ba1, nota abaixo do chamado “grau de investimento” — espécie de selo de bom pagador para investidores estrangeiros para os títulos da dívida do país.

Especificamente, a agência afirma as avaliações de crédito base (BCAs) de 15 bancos, ratings de depósito de longo prazo em moeda local e estrangeira (quando aplicável) de 14 bancos, ratings de dívida sem garantia de longo prazo em moeda estrangeira de sete instituições financeiras, bem como o Rating Corporativo (CFR) de longo prazo e os ratings de emissor de longo prazo em moeda local (quando aplicável) de outras cinco.

Entre as 21 instituições com perspectivas revisadas pela Moody's, destacam-se: Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Itaú Unibanco, Bradesco, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Santander, BTG Pactual, Sicredi, Safra, Banco ABC Brasil, Daycoval, Citibank Brasil, XP e Banco Modal.

Para BB, BNDES, Itaú e Bradesco, a agência decidiu reafirmar os ratings de depósito de longo prazo em moeda local ou estrangeira, levando em conta a manutenção das avaliações de crédito base em Ba1, a manutenção do alto grau de suporte do governo federal a BB e BNDES — que são instituições estatais — e uma expectativa de suporte governamental também para Itaú e Bradesco.

“Apesar dessas considerações, os ratings de depósito não foram elevados, pois estão limitados ao rating soberano do Brasil”, destacou a Moody's, em comunicado sobre as mudanças. Para os quatro bancos, também foram reafirmados os Ratings de Risco de Contraparte (CRRs) em moeda local e estrangeira em Baa3, e as Avaliações de Risco de Contraparte (CRAs) de longo prazo em Baa3(cr).

Ao todo, a Moody's afirmou as avaliações de crédito base (BAS) de 15 bancos brasileiros, ratings de depósito de longo prazo em moeda local e estrangeira (quando aplicável) de 14 bancos, ratings de dívida sem garantia de longo prazo em moeda estrangeira de sete instituições financeiras.

Ontem, pela manhã, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comentou o rebaixamento do Brasil, mas sem citar avaliação feita pela Moody's. “As agências, elas reagem à capacidade de iniciativa do país. Se percebem que o país deu uma parada, não está enfrentando os temas, ela também para. Ela fala: ‘vamos esperar para ver o que acontece’”, disse. (Com informações da Agência Estado)